

AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Isabela Alves de Melo¹
Lívia Oliveira Vidigal²
Cecília Souza Oliveira³

Resumo

O presente artigo possui como objetivo trazer informações acerca das dificuldades encontradas na inclusão de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema educacional brasileiro, sendo destrinchado ao longo do corpo do texto quais são as principais problemáticas existentes, bem como os desafios e suas implicações no cenário brasileiro, tendo em vista os atravessamentos sociais e econômicos. O enfoque é analisar e entender quais medidas podem ser tomadas para que tais dificuldades sejam mitigadas ao longo do tempo, por meio de políticas públicas e da conscientização da população sobre essa temática, uma vez que a desinformação ainda se mostra como um dos impasses para que a inclusão seja eficaz. O interesse por esse tema surgiu da necessidade de compreender melhor como é a realidade das pessoas com autismo no âmbito escolar, contribuindo assim para a eficácia do processo de inclusão nas escolas.

Palavras-chave: Educação. Autismo. Inclusão. Dificuldades.

Abstract

The aim of this article is to provide information about the difficulties encountered in including children and adolescents with Autism Spectrum Disorder (ASD) in the Brazilian education system. Throughout the body of the text, the main existing problems are detailed, as well as the challenges and their implications in the Brazilian scenario, in view of the social and economic crossings. The focus is on analyzing and understanding what measures can be taken to mitigate these difficulties over time, through public policies and raising public awareness of this issue, since misinformation is still one of the obstacles to effective inclusion. The interest in this topic arose from the need to better understand the reality of people with autism in the school environment, thus contributing to the effectiveness of the inclusion process in schools.

Keywords: Education. Autism. Inclusion. Difficulties.

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: isabelaalvesmelo@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2760-4088>.

² Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: liviavidigal@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9899-9143>

³ Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Departamento de Psicologia de Campos da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: ceciliasouzaoliveira@id.uff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9439-3594>

INTRODUÇÃO

A compreensão do Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem evoluído significativamente ao longo do tempo. Desde suas primeiras descrições clínicas até a atualidade, a percepção e o tratamento do autismo passaram por diversas transformações. Para ilustrar, no início do século XX crianças que hoje seriam diagnosticadas com TEA eram frequentemente rotuladas com diferentes termos, como "esquizofrênicas infantis", devido à falta de entendimento sobre a condição. Já em 1911, o psiquiatra suíço Eugen Bleuler foi o primeiro a usar o termo "autismo" ao descrever um sintoma de esquizofrenia, referindo-se a um estado de retirada da realidade externa. Em 1980, foi lançada a terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III), publicado pela Associação Americana de Psiquiatria, a qual incluiu o autismo como uma categoria diagnóstica separada, ajudando a diferenciar o transtorno de outras condições psiquiátricas. Na década de 90, o termo "espectro" começou a ganhar força, reconhecendo a ampla variedade de manifestações e gravidade do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Ao longo dos anos, com o avanço dos estudos, tem-se que o autismo é entendido como um transtorno neurodesenvolvimental com causas complexas que envolvem fatores genéticos e ambientais. A crescente aceitação e conscientização sobre o TEA têm levado a avanços em diagnóstico precoce, intervenções terapêuticas e inclusão social, o que possibilita que essas crianças se sintam mais incluídas nos ambientes, seja ele familiar, social ou escolar. A pesquisa continua a focar na identificação de biomarcadores, melhores práticas de intervenção e suporte para indivíduos com TEA e suas famílias. Além disso, há um movimento crescente para reconhecer e valorizar a neurodiversidade, promovendo uma sociedade mais inclusiva e acolhedora para pessoas com autismo.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), comumente chamado de autismo, é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a forma como uma pessoa percebe e interage com o mundo. Caracteriza-se por desafios nas áreas de comunicação, interação social e comportamento, além de apresentar um padrão de interesses restritos, comportamentos repetitivos e estereotípias, caracterizadas por serem atos motores realizados, os quais não possuem uma função definida, geralmente eles funcionam como reguladores. O autismo é um espectro, o que significa que pode se manifestar de maneiras muito diversas, com diferentes níveis de severidade.

De acordo com o DSM-5-tr, os diferentes níveis do TEA estão relacionados à gravidade do caso, sendo classificados em:

a) Nível I - na ausência de apoio, há prejuízo social notável, dificuldades para iniciar interações, por vezes parecem apresentar um interesse reduzido por estas, há tentativas malsucedidas no contato social, além da dificuldade de

organização, planejamento e certa inflexibilidade de comportamentos; b) Nível II - exige apoio substancial havendo prejuízos sociais aparentes, limitações para iniciar e manter interações, inflexibilidade de comportamento e dificuldade para lidar com mudanças; c) Nível III - exige muito apoio substancial, havendo déficits graves nas habilidades de comunicação social, inflexibilidade de comportamento e extrema dificuldade com mudanças. (FERNANDES, 2020, p.4).

Com isso, vale-se notar que o prognóstico tende a ser melhor quando o grau de comprometimento também for menor.

Tendo em vista esse contexto da variedade de níveis do TEA, há uma dificuldade de lidar com essa gama dentro das instituições escolares no Brasil, mesmo com as diferentes legislações sobre os direitos da criança e dos adolescentes com TEA na educação. Posto isso, as dificuldades supracitadas e que serão discutidas ao longo do artigo são: Formação e Capacitação de Professores; Dificuldade para obtenção de mediadores; Infraestrutura Escolar e Recursos Pedagógicos; Apoio Multidisciplinar e Envolvimento Familiar; e Preconceito e Barreiras Sociais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Primeiramente, ao analisar as dificuldades encontradas na inclusão de crianças e adolescentes com TEA no sistema educacional brasileiro, pode-se pontuar a questão da falta de formação e capacitação especializada para os professores. Posto isso, no artigo de Camargo et al (2020), cita-se a dificuldade na comunicação do e com o aluno, ou seja, dificuldade do aluno em falar com colegas e professores e vice-versa, com o intuito de desenvolver um diálogo recíproco e interativo. Além disso, professores relatam uma dificuldade em saber lidar com comportamentos atípicos em sala de aula, reforçando a importância da formação continuada e capacitação específica para professores compreenderem melhor os comportamentos dos alunos que apresentam o TEA (CAMARGO et al., 2020).

Além do que foi pontuado, outra problemática existente é a dificuldade dos estudantes com TEA terem mediadores, mesmo tal apoio sendo previsto pela Lei 12.764 de 2012, conhecido como atendimento educacional especializado (AEE). Nesse sentido, Balbino et al (2021) argumenta que a presença desse profissional é de suma importância, tendo em vista que o mesmo é responsável por intermediar a relação do aluno com o ambiente escolar, ajudando-o a se desenvolver e a lidar de melhor forma com a socialização, o que está diretamente ligado com a inclusão no ambiente escolar. Ademais, é imprescindível destacar que para melhor efetivação do processo de inclusão, é necessário a presença de um trabalho em equipe, com a presença da família, da escola e do acompanhante especializado.

Ainda convém lembrar que a maior parte das escolas no Brasil não apresentam uma infraestrutura adequada para a inclusão de crianças e adolescentes com TEA, tendo em vista que as salas de aula, muitas das vezes, apresentam muito barulho, superlotação e excesso de

estímulos visuais, sendo que esses fatores podem dificultar o aprendizado e a concentração desses alunos (AMBROSIM, AMBROSIM, 2024). Ademais, há casos de alunos atípicos que apresentam dificuldades em acompanhar e utilizar as mesmas atividades e materiais que os demais alunos da turma, o que apresenta uma falta de estratégias e de recursos adaptados para alunos com TEA, sendo o ideal uma sala com recursos para facilitar o aprendizado desses (CAMARGO et al, 2020).

Ainda em relação às dificuldades enfrentadas, outro aspecto desafiador no contexto escolar é a falta de apoio multidisciplinar e envolvimento familiar, sendo que isso se mostra, principalmente ao se tratar da comunicação entre a escola e a família. De acordo com Camargo et al (2020), uma das principais adversidades enfrentadas é a resistência por parte de algumas famílias em se comprometer com a escolarização do aluno e, mais do que isso, dar continuidade no trabalho realizado pela escola em casa. A partir disso, é necessário destacar que o Brasil é um país que possui realidades sociais e econômicas diversas e que desassociar esse recorte do contexto brasileiro empobrece as reflexões, uma vez que, muitas famílias não possuem acesso às informações acerca do TEA, apesar do crescente debate e informatividade sobre o mesmo. Em adição, a sobrecarga de muitas famílias brasileiras se mostra como um impasse para garantir a promoção do cuidado necessário com as pessoas que apresentam o Transtorno do Espectro Autista. Dessa forma, é perceptível que não tem como separar esses desafios das implicações sociais.

Por fim, vale ressaltar os inúmeros preconceitos e barreiras sociais que as crianças e adolescentes atípicos enfrentam diariamente no ambiente escolar, sendo esses praticados e impostos pela sociedade atual, que possui ideias pré-concebidas e apresenta dificuldades quanto ao conhecimento acerca do Transtorno do Espectro Autista. Por conseguinte, muitas pessoas apresentam um preconceito e medo em como lidar com crianças e adolescentes com TEA (DA SILVA ALCÂNTARA et al, 2021). Ao se tratar do âmbito escolar, nota-se, tanto por parte dos professores quanto dos alunos, que um grande desafio social é enxergar os alunos atípicos como integrantes da escola e não como pessoas que requerem uma educação especial, ou seja, a equipe escolar não deve planejar diferentes tarefas para cada grupo da classe, e sim uma só tarefa para que todos possam realizá-la juntos. Com isso, garante-se uma educação inclusiva, a qual é previsto pela Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que tem como objetivo promover os direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, fazendo isso em condições de igualdade, com a finalidade de garantir a inclusão social desses, bem como garantir as suas cidadanias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo é fundamentado em uma revisão de literatura, que inclui análise de documentos legais, artigos acadêmicos e relatórios de instituições governamentais e não governamentais. A pesquisa foi realizada por meio de buscas em bases de dados acadêmicas e sites institucionais, focando em estudos que abordam as dificuldades na inclusão de alunos com TEA no sistema educacional brasileiro.

RESULTADOS E ANÁLISES

Tendo em vista os tópicos supracitados, em relação às principais dificuldades encontradas na inclusão de crianças e adolescentes com TEA no sistema educacional brasileiro, pode-se notar que muito deve ser feito para fazer com que essas dificuldades sejam sanadas. A priori, em relação a falta de formação e capacitação de professores, torna-se evidente a necessidade de mudar esse cenário, ou seja, que esses sejam orientados em cursos de formação sobre como lidar, como fazer atividades e desenvolver estratégias de ensino para alunos com TEA, tornando essas técnicas aplicáveis à todos os alunos, fazendo com que a aprendizagem efetiva aconteça com todos da turma (CAMARGO et al, 2020), consequentemente esses aspectos sendo colocados em prática, poderá fazer com que os alunos se sintam mais pertencentes ao espaço, tenham mais interações sociais e maior interesse. Em relação a infraestrutura escolar pouco inclusiva e a falta de recursos pedagógicos também inclusivos, nota-se a importância das escolas em criarem os ambientes de sala de aula mais vazias e com menos estímulos visuais. Outrossim, é importante as escolas realizarem a construção e preparação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), as quais contam com equipamentos, materiais pedagógicos e recursos de acessibilidade que potencializam a escolarização dos estudantes. Posto isso, é de suma importância ter como objetivo principal o alcance do ensino, bem como a sua continuidade, para que todas as crianças e adolescentes em questão se tornem o mais independentes possível (OLIVEIRA, 2020).

Ao se tratar das dificuldades para obtenção de mediadores é importante se atentar sobre o papel que esses profissionais desempenham no processo de inclusão dos alunos com TEA, pois, em consonância com Balbino et al (2021), esses contribuem para o processo de desenvolvimento da criança, no auxílio da flexibilização de atividades, na socialização e na comunicação. Uma das vias para diminuir a incidência da falta de mediadores, é promover o acesso à formação para que pessoas capacitadas possam assumir essa profissão e adentrar os espaços escolares para realizar um processo de inclusão que seja menos dificultoso e deficitário. Indo de encontro a essa perspectiva, o acompanhante especializado precisa ter a formação inicial na área da saúde ou da educação, além de ter um trabalho multidisciplinar com os outros profissionais que estão presentes na vida da criança e do adolescente. Além disso, é fundamental destacar que o papel

do mediador não é ser um super protetor, ou seja, a postura do mediador é ser um facilitador no desenvolvimento das habilidades da criança.

Outrossim, o apoio multidisciplinar e o envolvimento familiar são primordiais para que ocorra a inclusão das crianças com TEA no âmbito escolar, todavia, na prática, tal relação se mostra, por muitas vezes, inexistente, tendo em vista que falta diálogo entre a família e a equipe multidisciplinar, composta pela escola e demais profissionais da saúde, como psicólogos, neuropsicólogos, fonoaudiólogos e pediatra. Assim, de acordo com Oliveira (2020), é papel do docente se atentar aos seus alunos, para que eles consigam estabelecer uma boa relação, à qual é essencial para que o aluno se sinta acolhido e confortável naquele ambiente, o que promove melhor envolvimento dos mesmos com as atividades propostas. A partir disso, pensando no bem-estar do aluno, a relação entre a escola e a família faz com que ocorra diálogo, compartilhamento de informações e estruturação de um trabalho colaborativo que promova a inclusão educacional. Tendo em vista o exposto, de acordo com Oliveira, Silva e Silva (2023), a família deve participar ativamente do processo educacional, o qual transpõe o ambiente escolar, ou seja, é preciso os familiares se comprometerem a dar continuidade no processo de inclusão. Para exemplificar tal participação, pode-se realizar reuniões com os responsáveis e professores para sintonizá-los quanto ao processo de aprendizagem, pode-se também promover atividades que incluam esses e as crianças e os adolescentes, para que a educação e a inclusão seja feita por todas as partes envolvidas. Por fim, em relação aos preconceitos e barreiras sociais que as crianças e adolescentes atípicos enfrentam no ambiente escolar, nota-se a importância do conhecimento, da conscientização e da inclusão desses para a mudança desse cenário, tornando o ambiente escolar mais compreensivo e acolhedor (OLIVEIRA et al., 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto, apesar dos avanços - como a criação de leis e conquista de direitos, o aumento da visibilidade do assunto e maior conscientização acerca da temática - é importante ressaltar que a inclusão efetiva ainda enfrenta muitos desafios. Para alcançar uma verdadeira inclusão, é necessário continuar a melhorar a formação dos educadores, expandir recursos e materiais especializados e promover um ambiente escolar que valorize e respeite as diferenças individuais. Dessa forma, é importante não perder de vista a inclusão como princípio orientador na formulação de políticas e práticas educacionais, garantindo que as crianças autistas recebam o suporte necessário para seu pleno desenvolvimento.

A inclusão de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no sistema educacional brasileiro é um desafio que exige a superação de diversas barreiras estruturais,

sociais e pedagógicas. Este artigo destacou as principais dificuldades enfrentadas nesse processo, como a falta de formação e capacitação de professores, a escassez de mediadores, a inadequação da infraestrutura escolar e a ausência de recursos pedagógicos adaptados, além dos desafios que as crianças e os adolescentes de desenvolvimento atípico passam, como o preconceito. Além disso, foi evidenciado o papel crucial do apoio multidisciplinar e do envolvimento familiar para o sucesso da inclusão escolar.

Nesse sentido, é de suma importância que políticas públicas sejam implementadas e fortalecidas para garantir que a inclusão não seja apenas um conceito, mas uma realidade vivida por todos os alunos com TEA. Isso envolve a formação contínua dos professores, a disponibilização de mediadores qualificados, a adaptação das escolas e a promoção de uma cultura de respeito à diversidade. Ao reconhecer e valorizar a neurodiversidade, o sistema educacional brasileiro pode se tornar mais inclusivo e acolhedor, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, alcancem seu pleno potencial. Assim, a inclusão educacional poderá se tornar um reflexo de uma sociedade mais justa, empática e equitativa, onde o direito à educação de qualidade é garantido para todos.

REFERÊNCIAS

AMBROSIM, Inês; AMBROSIM, Lucinéia. Autismo na escola pública: desafios e oportunidades. *Revista Tópicos*, v. 2, n. 7, p. 1-12, 2024.

BALBINO, Elisa Maria Santos et al. O aluno com Transtorno do Espectro Autista e o mediador escolar: um olhar inclusivo. *Diversitas Journal*, v. 6, n. 1, p. 1593-1605, 2021.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*, 2012.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. *Educação em Revista*, v. 36, p. e214220, 2020.

DA SILVA ALCÂNTARA, Andréia Brasil et al. Desafios à inclusão da criança autista na educação infantil. *Revista Interações*, v. 17, n. 57, p. 38-57, 2021.

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. *Psicologia USP*, v. 31, p. e200027, 2020.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. *Revista Educação Pública*, v. 20, n. 34, 8 set. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 14 ago. 2024.

OLIVEIRA, Maria Eduarda Evelin de; SILVA, Imily Pereira e; SILVA, Wirna Maria Alves da. Desafios e avanços da educação pública às crianças autistas: um olhar crítico à luz da justiça de inclusão brasileira. *Ciências da Saúde, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais*, v. 27, n. 123, jun. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7993910.